

Política de abrigamento: perspectivas de mulheres sobre a Casa-Abrigo no Paraná

Rosilda Fernando da Paz¹

Resumo: O artigo objetiva analisar o modo pelo qual mulheres abrigadas percebem as políticas públicas de proteção e como elas se relacionam com as normativas do serviço de abrigamento, no âmbito da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá/PR. Para realizar esta investigação, busquei respaldo teórico na abordagem interacionista de Goffman (2002), em sua proposta de considerar as interações como se elas estivessem no espaço de um teatro imaginário. A partir dessa relação dialógica entre a teoria goffmiana e os relatos oferecidos por duas ex-abrigadas, argumento que, na visão dessas mulheres, embora reconheçam a relevância do serviço de abrigamento, apontam o caráter regulador neutralizante e o isolamento social inerentes a Casa, elementos que põe a mulher em condições análogas a prisioneiras. Além disso, a aparente concordância delas com os termos normativos da Casa, bem como, a relação cordial com os pares, denotam-se fachadas que lançam mão para se manterem aceitas no grupo.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência de gênero. Política de Abrigamento. Casa-Abrigo.

Abstract: The article aims to analyze the way in which sheltered women perceive public protection policies and how they relate to the norms of the shelter service, within the scope of the shelter Edna Rodrigues de Souza at Maringá city, a municipality in Paraná. To conduct this investigation, I sought theoretical support in the interactionist approach of Goffman (2002), in his proposal to consider interactions as if they were in the space of an imaginary theater. From this dialogical relationship between the Goffmian theory and the reports offered by two former shelters, I argue that, in their view, while recognizing the relevance of the shelter service, they point to the neutralizing

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: rosi.f.paz@gmail.com

regulatory character and social isolation inherent in the House, elements which puts women in conditions analogous to prisoners. Moreover, their apparent agreement with the normative terms of the House, as well as their cordial relationship with peers, are denoted facades that make use of themselves to remain accepted in the group.

Keywords: Violence against women, Gender violence, Compulsory Institutionalization, Casa-Abrigo.

A violência contra a mulher é um fenômeno de proporções globais – está presente em diversas sociedades e culturas, em diferentes classes sociais, em todas as etnias e religiões, acompanhando a história da humanidade (ADEODATO *et al.*, 2005). Frente a esse fenômeno, o Relatório mundial sobre prevenção da violência 2014² (pág. 42), emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), recomenda que “mulheres que revelam situações de violência devem receber apoio e cuidados imediatos, sensíveis às suas preocupações, e que as ajudem a acessar informações, recursos e apoio contínuo” (OMS, 2014).

Nesse sentido, motivada pelo contato que mantive, em 2018, com o serviço de abrigamento para mulheres submetidas a violência doméstica, mediado pelo Projeto Pró-Mulher³, na condição de membro

² Publicado pela Organização Mundial de Saúde em 2014. A Organização Mundial da Saúde concedeu tradução e direitos de publicação de uma edição em Português para o Núcleo de Estudos.

³ O Projeto de Extensão Pró-mulher: é um programa de prevenção à violência e apoio à mulher e às famílias vítimas de agressão, do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Compus o Projeto como membro da comunidade externa e acadêmica de Serviço Social.

da comunidade externa, e também a relação de proximidade que estabeleci com algumas abrigadas que estavam na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá/PR, a época, me interessei em saber como essas mulheres percebem à política de proteção, na figura do serviço ofertado pela Casa-Abrigo no município em tela, bem como as formas de relações/interações que elas estabelecem durante o período de permanência na Casa.

Composto por acadêmicos e profissionais das áreas da psicologia e serviço social, um dos objetivos do Projeto Pró-Mulher, pautava-se em promover bem-estar e melhorar a autoestima das mulheres, por meio de grupos de interação, roda de bate-papo e conversas informais individuais. Para as crianças, eram realizadas brincadeiras lúdicas variadas, com intenção de promover desenvolvimento cognitivo e propiciar momentos de descontração e diminuir a tensão da permanência em local fechado.

Assim, o objetivo deste texto é investigar como as usuárias do serviço percebem a política de proteção; como elas agem/reagem em relação às normas internas da Casa-Abrigo, e ainda, como elas se comportam no pós-abrigamento, fora do controle institucional. Para levar a efeito esse propósito, usarei como base os relatos de duas usuárias, adquiridos por meio de conversas informais. Esses dados serão analisados a partir dos conceitos de Erving Goffman (2002), mediado pela abordagem interacionista.

Essa abordagem consiste em vermos o mundo em função das relações sociais e, como se essas estivessem no espaço de um teatro imaginário. No contexto da Casa-Abrigo, por se tratar de um local fechado, com acessos e saídas restritos, apoie-me nas teorias sobre instituições muradas também de Goffman (2001), para dimensionar o caráter de reclusão inerente a Casa-Abrigo.

Lógicas institucionais nas políticas de abrigamento

A Casa-Abrigo é um dos serviços disponibilizados pelo CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher, um local seguro onde é oferecido abrigo protegido e atendimento integral a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. Conforme preconiza o Termo de Referência das Casas-Abrigo⁴ (2007), trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

Os objetivos fundamentais da política de abrigamento situam-se em oferecer abrigamento temporário e promover atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos de menor idade, em especial

⁴ Termo de Referência visa o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que tem por pressuposto a formação, articulação e manutenção de uma Rede de Atendimento à Mulher.

nas áreas psicológica, social e jurídica; promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da Casa-Abrigo à programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros, fortalecendo a rede de atendimento. Visa também prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los e proporcionar ambiente e atividades propícias para que as mulheres possam exercitar sua autonomia e recuperar sua autoestima (TERMO DE REFERÊNCIA, 2007).

Quanto as normas e regulamentações internas à Casa em discussão, quem teve acesso ao seu interior, seja na condição de usuária ou voluntária (o), como eu por exemplo, conforme já mencionado acima, ao acessar o salão principal consegue, facilmente, visualizar as normas e regulamentos presos no quadro de avisos, muito embora essas diretrizes não constem no Termo de Referência das Casas- Abrigo. Esse documento, que funciona como uma espécie de regulamento interno e é empregado como um modelo estrutural de funcionamento das práticas cotidianas realizadas no local, ou seja, ele apresenta uma rotina a ser metodicamente seguida pelas famílias abrigadas, considerando que geralmente as mulheres levam consigo seus filhos.

Sem a intenção de especificar detalhes, como precisão de horários, por exemplo, cumpre aqui ressaltar que a rotina seguida pelas famílias abrigadas consistia em cinco eixos de ações fixas e

padronizadas: 1 - o desjejum matinal; 2- almoço na última hora da manhã, 3- seguido do período de reclusão em ambiente individual da família (no quarto, por período de duas horas), onde (supostamente) interagem e descansam; 4 - a refeição final do dia (jantar); e 5 - recolhem-se para a noite de sono em horário estabelecido. Entre os cinco eixos citados, as famílias socializam em área comum e, também se mobilizam para a manutenção da higiene dos seus ambientes individuais. Sob essa sistematização, pode-se entender que as regras visam controlar os desvios dos sujeitos enquanto indivíduos, esquadrinhando seus comportamentos e efetuando sobre eles uma vigilância constante (BENELLI, 2014).

As mulheres abrigadas não são obrigadas a realizar atividades laborais no que diz respeito a manutenção comum da Casa-Abrigo, porém, são solicitadas a contribuir para o preparo das refeições. Assim, são formadas equipes de duas mulheres adultas, em forma de revezamento entre as abrigadas, para atuarem na cozinha, sempre acompanhadas de uma (ou mais) servidora pública que compõe o quadro de recursos humanos da Casa-Abrigo Edna.

Nessa esteira, mesmo se tratando de um serviço de proteção, a mulher é inserida num processo semelhante ao que Goffman (2001) define como instituições totais: “em instituições muradas [...] parte das obrigações do indivíduo é participar visivelmente nos momentos da

atividade da organização [...] o que exige certa submissão do eu na atividade considerada (GOFFMAN, 2001).

Referente ao espaço da Casa-Abrigo Edna, local único onde as mulheres ficam enquanto submetidas a esse modelo de medita protetiva, pode-se conceber, de acordo com Goffman (2001), “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001, p.11).

Desta forma, a instituição Casa-Abrigo torna-se um espaço total, organizado de modo a atender mulheres em situações análogas. Estas, por sua vez, são separadas da sociedade mais ampla por um período e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente) baseada no discurso de atendimento aos objetivos institucionais. Assim, a instituição apresenta a tendência de fechamento o que vai simbolizar o seu caráter total.

Como um sopro de leveza, mesmo situada num contexto de tensão e isolamento geográfico e simbólico, em razão da natureza e caráter sigiloso do serviço, a Casa-Abrigo Edna dispõe de ambiente externo com considerável espaço de lazer e produção. Pois ao fundo, sob árvores frondosas, é o local que um grupo de mulheres se unem, voluntariamente, para plantar hortaliças. O espaço figura também como local de socialização e descontração. Lá, elas podem sentir a brisa do

vento e um fio de liberdade, elementos que proporcionam alívio para as tensões e estranhamentos inerentes ao confinamento. Em ocasiões em que estive junto do grupo, em seus canteiros de cultivo, suas faces expressavam uma efêmera alegria, detalhe que observei com satisfação.

Dinâmicas sociais no programa Casa-Abrigo

Considerando as características da Casa-Abrigo, como sendo um espaço que apresenta alguns elementos de teor total/rígido (total e não totalitário), onde as fronteiras são delimitadas por muros escaláveis, analisei as relações que se davam no interior do serviço de abrigamento, tanto entre as famílias que estão recebendo a proteção, quanto entre essas e as medidas administrativas institucionais.

Assim, considerando o pensamento Goffminiano, que o indivíduo não é o mesmo em todas as circunstâncias, pude inferir que ao chegarem na Casa, as mulheres buscam adequar seu comportamento de acordo com o que presumem ser o adequado, isso, é o que o autor define de fachada. O termo fachada, cunhado pelo autor, visto por um viés nebuloso, transmite a sensação de má fé, porém, numa análise mais atenta, entendemos que os comportamentos, mesmo os mais corriqueiros, não são uniformes. Ou seja, não nos comportamos numa cerimônia religiosa como se estivéssemos numa festa pagã. Desse modo, a adequação ao ambiente é uma estratégia, talvez não

premeditada, capaz de colocar as recém abrigadas em harmonia com os novos pares e possibilita também que sejam aceitas no grupo já estabelecido dentro da Casa-Abrigo (GOFFMAN, 2002).

De maneira consciente ou não, ao se inserirem num ambiente estranho e fechado (Casa-Abrigo), as mulheres identificam a hierarquia e entram num processo de gerenciamento do comportamento. Nessa seara, pude entender certos aspectos de submissão esboçado por parte delas, especialmente as recém-chegadas. Pois, quando as mulheres se expõem a tal ambiente, elas passam a fazer parte de uma engrenagem situacional em curso, onde cada uma vê seu próprio comportamento, mas também o dirige e o guia, modelando as imagens de si que são acessíveis aos outros. Nesse processo, as mulheres se orientam individualmente para agir de forma mais adequada a uma determinada resposta desejada (GOFFMAN, 2002).

Nesse ponto, a medida que as semanas e meses foram transcorrendo, a exemplo do que ocorre em diversos trabalhos de campo realizados em ambientes institucionais (e.g. Carniel, 2013; Slenes, 2014), percebi que a aparente harmonia que resplandecia na Casa, em relação a sua organização diária sistematizada, era na realidade um véu das representações sociais que cobria as tensões existentes. Aparentemente, embora concordassem que sem controle organizacional seria impossível manter o funcionamento da Casa, em várias oportunidades, algumas abrigadas evidenciaram, em conversas que

mantivemos informalmente, que se sentiam mais prisioneiras que protegidas. Isso, devido ao rigor da rotina diária e por perceberem certa responsabilização atribuídas a si (por parte de algumas servidoras) às condições em que se encontravam.

O desconforto fica evidente, na fala de Beatriz, que estava sob medida protetiva pela segunda vez, ao relatar se sentir desconfortável por ser “reincidente”. Segundo ela, mesmo que não tenha presenciado nenhuma verbalização por parte das agentes administrativas a respeito de estar de volta à Casa, e agora com o segundo filho recém-nascido, considera impossível não perceber as críticas subliminares e os olhares de reprova. Apesar da melancolia e constrangimento da situação, Beatriz mostra clareza de pensamento quando diz que estar ali não foi uma escolha sua. “Você acha que eu prefiro estar aqui, ao invés de estar na minha casa, com minhas coisas?”, me interrogou ela com olhos marejados.

Entre as abrigadas, talvez por serem tributárias da mesma dor, com base no que presenciei na Casa-Abrigo, percebi que elas esboçavam considerável empatia entre si. Como se sentissem compelidas de serem cordiais/solidárias com os pares, provavelmente, por se identificarem pela condição em que se encontravam. Mesmo não sendo uma regra, percebi em suas relações, certa camaradagem, regida por uma espécie de contrato tácito e implícito de solidariedade. Dentre alguns casos de apoio mútuo que acompanhei, ressalto o fato de duas

abrigadas (Marcela, com 3 crianças e Beatriz, com 2 crianças) permanecerem no mesmo quarto (3x4m) durante à noite. Quando perguntei o porquê, a resposta veio rápido, “temos medo do escuro da noite”. Entendi, mesmo em suas meias palavras, que o medo do escuro, estava relacionada às questões sobrenaturais. Penso que o objetivo dessa medida é se sentirem emocionalmente mais seguras.

Essa coalizão social firmada entre essas duas famílias contesta a visão naturalizada e parentesco. E estabelece outro estatuto de significados para as redes de relações que exigem a ampliação do enfoque nas mais variadas formas de conexão existentes entre as pessoas. Essas, por sua vez, não configuraram apenas por parentesco, vinculado pela via da consanguinidade, mas também pela afinidade. O que fica evidente nessa união que expus, é que a aliança está situada mais no campo social e menos no natural e universalizante da familiaridade. Isso, com base no pensamento de Judith Butler (2014), quando a filósofa se insurge em dissociar família e parentesco. Ou seja, não é somente pelas relações de descendência, casamento e consanguinidade que se contextualiza uma família.

Porém, paradoxalmente, quando o que se espera não acontece na interação, incorre no que Goffman (2002) chama de equívocos na definição da situação, ou seja, uma comunicação imprópria. Em termos claros, a ação decorrente de uma definição equivocada da situação,

configura-se quando alguém fala e faz coisas como se estivesse em um lugar (ou com o ator) apropriado (GOFFMAN, 2002).

Nesse sentido, não eram incomuns os atritos entre as mulheres abrigadas. Vez e outra, desavenças eram suscitados por variados motivos, desde disputas por objetos comuns a todas na Casa, como os ligados a higiene e limpeza, até as questões mais complexas, como disputa por posição em relação ao grupo, por exemplo.

As atividades do Projeto Pró-Mulher eram desenvolvidas por 5 (cinco) equipes multidisciplinares, com escala semanal alternada. Certo dia, chegamos à Casa e sentimos uma atmosfera bastante “pesada”, com acentuado clima de tensão. Ocorreu que Leila, que já estava na Casa a quase um ano, e por isso exibia uma postura de “dona do território”, protagonizou uma discussão por causa de uma vassoura. Mesmo tendo sido um evento acalorado, felizmente, os ânimos foram rapidamente contidos pelas Educadoras de Base, em conjunto com a coordenação.

Sobre o incidente, encontramos discernimento nas considerações de Goffman (2002), quando o autor fala do termo manejando a impressão. Quando ele defende que, nas relações face a face, os atores agem de forma a ocultar suas verdadeiras impressões e sensações/sentimentos. Assim, pensando sobre a desavença em torno da vassoura, em que as demais abrigadas acusavam Leila de ter ocultado objeto e impedindo a socialização do seu uso, refleti se o ponto sensível da desarmonia era a vassoura em si, ou se seria o extravasamento das

tensões inerentes ao confinamento e o apartamento social, reforçado pelo desejo de Leila em se impor como alfa no grupo.

Desse modo, no período que frequentei à Casa, observei que não há uma uniformidade nas formas de relacionamento entre as abrigadas, bem como entre essas e a administração. Como no contexto social não institucionalizado, no cotidiano, as pessoas que ali estavam se unem tanto por afinidade como por agremiação. No contexto da Casa, elas se filiam também no sentido de estabelecerem um grupo forte e coeso e assim sobreviverem aos desafios da convivência em espaço fechado. Em outras palavras, procuram se inserir num grupo a fim de se manterem ativas nas tramas sociais, além do sentimento de pertencimento coletivo.

Solidariedade e autonomia no pós-abrigamento

Retomo a abordagem da coalizão social, convencida pelo fato de que, após o processo de desabrigamento, Marcela e Beatriz mantiveram a aliança e uniram forças (financeira, emocional e social), com o propósito de alcançar maior autonomia e protagonismo. Desse modo, optaram por juntar as famílias numa mesma casa e assim dividir o ônus da manutenção da sobrevivência e poderem gozar de melhores condições. Ou seja, o objetivo era de viver e não apenas sobreviver. Diante dessa trama social que envolve laços de cuidado e parentesco,

Kaloustian (1994) afirma que a família é indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral de todos os seus membros, independentemente do arranjo ou da forma como está estruturada (KALOUSTIAN, 1994).

Com enfoque na cumplicidade existente na família em questão, pude constatar as maneiras engenhosas que Marcela e Beatriz encontraram para superar as dificuldades impostas pela vida. Para além da associatividade domiciliar, ponho em voga alguns arranjos cotidianos que elas orquestraram para manterem o fluxo contínuo de suas vidas. Assim, destaco o revezamento dos cuidados para com os filhos, a fim de exercerem atividades laborais ou de entretenimento. Também, o sistema de vigilância mútua, onde uma cuida da outra como sentinelas, em momentos mais vulneráveis, como as saídas e chegadas no domicílio, por exemplo.

Diante do que está em tela, mesmo na condição de observadora esporádica do ambiente de bastidores de Marcela e Beatriz, no cotidiano, em casa (no lar), local privado de suas vidas pessoais, pude perceber, dentro do que elas me permitiam visualizar, como se viam no mundo e qual tipo de conduta pessoal preferiam performatizar. No dia a dia, nos limites do que presenciei, elas demonstram protagonismos, não se permitindo incorporar o papel de vítimas, ao contrário, são propositivas, no sentido de encontrar soluções para contornar as dificuldades que lhes são impostas.

Em relação a política de proteção à mulher, em território próprio, a submissão às normas, expressa por elas no período de estadia na Casa-Abrigo, é substituída por análises críticas sobre a política de abrigamento, apontando várias falhas da medida protetiva. Muito embora, cumpre ressaltar, que não reprovam o serviço por completo. As principais críticas, giravam em torno do fato de se sentirem isoladas do mundo social, inseridas num local fechado, de onde não podem entrar e nem sair sem acompanhamento institucional ostensivo. “Eles que praticam a violência e nós que ficamos presas”, lamentou Marcela, ao falar sobre a reclusão, durante conversas que tivemos em sua casa.

Se considerarmos que a política é dominada pelo masculino, e que esse, por sua vez, é o “mesmo” que pratica a violência ao feminino, não é absurdo conceber, que a política de proteção à mulher (criada e implementada pelo dominante) seja atravessada pelo ranço machista e patriarcal. Ou seja, as políticas públicas teoricamente criadas para promover segurança, autonomia e protagonismo feminino, já nascem contaminadas pelo desejo de dominação do homem, portanto, são falhas e controversas, o que fica compreendido na fala de Marcela. As medidas opressivas do serviço, nada mais é que a expressão do projeto de dominação do homem sobre a mulher.

Nesse processo de reclusão, a queixa da interlocutora versa sobre o fato do apartamento social e material (objetos/coisas pessoais), vir acompanhado da sensação de punição que a medida suscita. Ou seja,

a situação análoga ao encarceramento em que a usuária esteve condicionada, aponta para um nexo de responsabilização da situação em que se encontra. Desse modo, a problemática que emerge situa-se no fato do perpetrador da agressão estar na condição de pessoa livre, ao passo que Marcela permaneceu por mais de três meses no sistema protetivo da Casa-Abrigo, podendo circular apenas em locais institucionalizados, sob constante vigilância. Seria impossível imaginar o homem (o agressor de Marcela) em semelhante situação em vista de violência praticada por sua ex companheira.

Em termos dos objetivos expressos nas diretrizes da política de abrigamento de atuar como espaço de promoção da (re) construção da cidadania, resgate da autoestima e empoderamento das mulheres, os relatos das duas ex-abrigadas enfatizam que, no período que permaneceram na Casa-Abrigo Edina, não tiveram acesso a ações que levassem a efeito tais proposituras. Quando perguntadas sobre a oferta de cursos profissionalizantes para imersão no mercado de trabalho no pós abrigamento, bem como ações orientadas para promover a compreensão dos direitos de cidadãs das mulheres, por exemplo, a resposta é: “*nunca vi nada disso!*”. Isso confirma o que fora dito mais acima a respeito da desconexão da proposta inscrita em documentos orientadores da política, com a realidade praticada quando da sua execução na figura do serviço em questão.

Não menos frustrante, são as queixas em relação ao apartamento de certos objetos pessoais, como os celulares (não permitidos na Casa), por exemplo. Tido como um dos objetos mais populares e desejados do mundo moderno, o aparelho celular passou a ser um bem de consumo aos quais muitas pessoas nutrem um sentimento de apego e, sua utilização é requerida quase que em tempo integral na vida cotidiana. “*Quando chegamos na Casa, o celular é confiscado, você fica sem saber o que está acontecendo lá fora*”, relatou Beatriz em certa ocasião. Desse modo, embora possa ser entendido como supérfluo, a privação de uso de um objeto tão presente no dia a dia como o aparelho celular (entre outros de cunho pessoal) configura como mais uma violência que a mulher tem de suportar.

Sem dúvidas, naquele momento sensível de suas vidas o serviço de abrigamento na figura da Casa-Abrigo Edna, cumpriu sua função protetiva, no sentido de mantê-las a salvo de seus agressores. Porém, quando atentamos às queixas expressas pelas interlocutoras, percebe-se significativo descontentamento, os quais nos levam a refletir sobre o fato de que a política de enfretamento da violência à mulher ainda tem muito que se aperfeiçoar no sentido de empreender ações transformadoras e não somente servir de escudo temporário à mulher, diante da ação brutal do agressor. Para além do “resguardo” do corpo feminino, a síntese da política de abrigamento é a superação da

condição de violência da mulher, por meio do seu empoderamento, tanto financeiro, quanto social e emocional.

Frente a tudo que foi exposto, vem a superfície a característica de proteção opressora, bem como ineficiente da política de abrigamento. Isso é o que nos mostra a trajetória dessas duas abrigadas dentro na Casa-Abrigo Edna, onde seus relatos apontam evidências de que o serviço está mais para guardar a mulher (como coisas) do que dar condições para que se projetarem como cidadãs autônomas e protagonistas de suas vidas. Esses pontos de fragilidade da política de abrigamento podem repercutir na manutenção da mulher na situação de violência, de modo a contribuir para a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres.

Considerações finais

Neste estudo, busquei compreender as relações entre as mulheres atendidas pelo serviço de abrigamento na Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, (entre si e a administração), e suas análises quanto aos métodos de proteção empregados. A partir dessas experiências que vivi com as abrigadas dentro e fora da instituição, notei que mesmo exercendo um significativo papel para salvaguardar as mulheres com risco iminente de morte, o serviço apresenta muitos pontos frágeis no que concerne aos mecanismos de promoção da autonomia e

protagonismo das mulheres atendidas, dentre eles a inexistência de oferta de cursos profissionalizantes e capacitação intelectual no sentido de situá-las sobre seus direitos como cidadãs.

A partir da fala de duas ex abrigadas, percebe-se indícios de que a estadia dessas mulheres na Casa-Abrigo Edna é permeada por tensões, especialmente em relação a rigidez da rotina, bem como da interação entre as próprias abrigadas. Considerando que essas mulheres tiveram acesso a uma nova realidade apartada de sua vida cotidiana, inseridas num contexto político e sociocultural carregado por tensões e deficiências a serem superadas, as abrigadas precisaram, assumir um novo papel condizente com a realidade vivida.

Assim, considerando o conceito de Goffman (2002), que para cada situação um papel social diferente representará o indivíduo e, a multiplicidade de papéis que ele representa na vida cotidiana dependerá dos demais atores envolvidos na interação social, no caso de Marcela e Beatriz, o papel que assumiram foi de protagonismo e valentia ante as relações frustradas tanto com seus parceiros íntimos/afetivos, quanto com a política de abrigamento. A partir desse ponto de vista, as ações realizadas por elas são dirigidas para suprir suas necessidades e garantirem o fluxo de suas vidas, refutando assim a posição paralisante da vitimização.

Referências

ADEODATO, V. G. Carvalho, R. R, Siqueira, V. R, Souza, F. G. M. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.** *Saúde Pública*, 2005, v.39, n.1, 108-113. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/obra-fundadora-do-feminismo-chega-ao-brasil-em-versao-comentada/>> Acesso em: 10 de out 2018.

BENELLI, SJ. **O lugar das instituições disciplinares na sociedade contemporânea.** In: *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 13-22

BUTLER, J. **O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte** (Editora UFSC, 2014).

CARNIEL, F. **A invenção (pedagógica) da surdez:** sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução: Maria Célia Santos Raposo, 10^a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução: Dante Moreira Leite, 7^a edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOULART, I. B, BREGUNCI, M. G. C. **INTERACIONISMO SIMBÓLICO: uma perspectiva psicossociológica.** Em Aberto, Brasília, ano 9, n. 48, out./dez. 1990.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira:** a base de tudo. São

Paulo: Cortez, 1994.

Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf>>> Acesso em 23 de jun 2019.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnppm/publicacoes/pnppm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>> Acesso em: 26 de jun de 2019.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>> Acesso em: 26 de jun de 2019.

SLENES, R. Negociação de Sentidos: Violência e Direitos da Mulher na Prática de ONGs em Marrocos. 2014. Dissertação, (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

Termo de Referência Casa Abrigo. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/tr_cs_abrigo_2005_integra/view>> Acesso em: 29 de jul de 2019.

Relatório Mundial sobre a prevenção da violência 2014. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas/>>> Acesso em: 15 de jul de 2019.

Recebido em 23/04/20 aceito para publicação em 12/05/20